



Interdisciplinary

LINKSCIENCEPLACE
Scientific Journal

ISSN: 2358-8411

DOI: 10.17115



Interdisciplinary Scientific Journal. ISSN: 2358-8411

Nº 5, volume 6, article nº 20, May 2019

D.O.I: <http://dx.doi.org/10.17115/2358-8411/v6n5a20>

Accepted: 10/12/2018 Published: 30/05/2019

I SEMINÁRIO DE SAÚDE MENTAL DO NORTE E NOROESTE FLUMINENSE
– 27 A 30 DE NOVEMBRO DE 2018 – CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

CUCA LEGAL PROJECT: MENTAL HEALTH CARE PRACTICES FOR UNIVERSITY STUDENTS

PROJETO CUCA LEGAL: PRÁTICAS DE CUIDADO EM SAÚDE MENTAL PARA ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Alessandra de Muros Xavier
Mestre em Serviço Social ¹

Resumo

Este artigo trata do Projeto Cuca Legal, desenvolvido pela Coordenação de Assistência Estudantil e o Departamento de Psicologia de Campos da Universidade Federal Fluminense (UFF) situada em Campos dos Goytacazes. O Projeto vem de encontro a crescente demanda de atendimento em saúde mental da comunidade acadêmica, em especial dos estudantes de graduação, com queixas relativas à ansiedade, depressão e tentativas de suicídio. Propõe desenvolver ciclo de quatro encontros semestrais a fim de contribuir para prevenção de situações que promovam adoecimento emocional de estudantes universitários, a consequente evasão ou retenção motivada por esta questão e somar-se à iniciativas municipais de prevenção ao suicídio.

Palavras-chave: Universidade; Prevenção; Saúde Mental.

Abstract

This article deals with the Cuca Legal Project, developed by the Coordination of Student Assistance and the Field Psychology Department of the Fluminense Federal University (UFF) located in Campos dos Goytacazes. The Project addresses the growing demand for mental health care from the academic community, especially undergraduate students, with complaints about anxiety, depression, and suicide attempts. It proposes to develop a cycle of four semester meetings in order to contribute to the prevention of situations that promote the emotional sickness of university students, the consequent evasion or retention motivated by this issue and to be added to the municipal initiatives of prevention to the suicide.

¹ Universidade Federal Fluminense, Coordenação de Assistência Estudantil, Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro, aledemuros@hotmail.com

Keywords: University; Prevention; Mental health.

1. INTRODUÇÃO

A escolha da temática que ora apresentamos, decorre de reflexões que foram e vêm sendo realizados com diversos atores envolvidos na formação acadêmica de estudantes dos seis cursos de graduação do Instituto de Desenvolvimento Regional e Ciências da Sociedade (ESR) – UFF Campos.

Elucida-se as transformações que as IFES passaram nas últimas duas décadas com o advento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a fim de promover sua expansão e a democratização do acesso. Tal processo é marcado pela conjuntura de crise político-econômica, que ampliam as mazelas econômicas e sociais de amplas parcelas da população mundial e precariza as políticas que visam a permanência no ensino superior.

O processo de expansão e democratização do ensino superior apesar de ter contribuído para favorecer a igualdade de oportunidades para acesso das classes populares, não vem apresentando políticas adequadas para garantia de permanência de seus estudantes. Quando tratamos sobre permanência, não nos referimos apenas às condições de subsistência dos estudantes, ou somente a reverter uma condição de vulnerabilidade individual ou social, mas também de uma vulnerabilidade institucional que não vem promovendo as condições mínimas para efetivação de uma política efetiva, visando atender ao perfil de seu público.

Em seu cotidiano de atendimento, a Coordenação de Assistência Estudantil (CAES) do ESR, campus da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes – RJ, nos anos de 2015 e 2016, identificou o aumento significativo no número de estudantes a procura de atendimento para questões de ordem emocional. Ansiedades, depressão, desânimo em relação aos estudos e apatia, foram apresentadas como queixas frequentes e, portanto, tornam-se fatores de risco para saúde do estudante e para continuidade de sua vida acadêmica.

No ano de 2017, em particular, foi identificada a ocorrência de alguns alunos que tentaram suicídio. Duas tentativas chegaram a óbito, e outras quatro realizadas,

sendo os alunos encontrados a tempo do socorro. Diante de tal realidade, a CAES vem realizando parcerias com serviços da Universidade, como o SPA e com o Sistema Único de Saúde (SUS) na área de Saúde Mental para encaminhamento dos alunos nas situações em que esses sintomas já podem ser identificados. Para além de encaminhamentos a rede de saúde, a proposta é desenvolver ciclo de palestras sobre temas relacionados à saúde mental, a fim de contribuir para prevenção de situações que promovam adoecimento emocional e/ou seu agravamento, buscando desenvolver estratégia coletiva de prevenção em saúde mental de estudantes de graduação da UFF e outras universidades; prevenir riscos e a interferência do sofrimento emocional para o desempenho acadêmico e evasão escolar e contribuir com a estratégia municipal de prevenção ao suicídio.

Busca-se assim, compreender o significado do sofrimento e a necessidade de desvelamento das questões de saúde que produzem a exclusão na vida universitária, identificando possíveis condicionantes sociais para tais demandas. As parcerias com a rede local tornaram-se imprescindíveis, tanto pela temática em lide, quanto pela possibilidade da prática interdisciplinar, ampliando as possibilidades de impacto social e contribuindo com o papel social da universidade junto à comunidade local.

2. UNIVERSIDADE E SEU PAPEL NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Para Netto (2001), as políticas sociais têm seu surgimento associado ao trânsito do capitalismo da livre-concorrência à idade dos monopólios, quando no pós 1875, o modo de produção capitalista alcançou sua maturidade e ao Estado capitalista foram agregadas outras funções. Logo, não é possível falar de política social nos modos de produção anteriores ao capitalismo.

Behring e Boschetti (2008) relatam que na perspectiva de amortecimento da crise juntamente com a necessidade de legitimação do sistema capitalista (em contrapartida à consolidação do socialismo soviético e da expansão da ideologia fascista), o Estado intervêm efetivamente nas relações econômicas e sociais: a planificação indicativa da economia, a intervenção na relação capital/trabalho por intermédio da política salarial e do controle de preços, a política fiscal, a oferta de crédito combinada a uma política de juros e as políticas sociais, fazem parte desse novo modelo de Estado – o modelo keynesiano. O Estado de bem-estar direcionava investimentos, efetivava obras públicas, controlava os níveis de emprego e promovia

as políticas sociais. Tais medidas contribuíram também para ampliar também as possibilidades de acumulação do capital.

O ajuste e a estabilização econômica, através da implantação da proposta neoliberal, possibilitarão, segundo seus defensores, a retomada do crescimento econômico, que trará consigo o desenvolvimento social. Entretanto, admitem que a efetivação de tal política implica na adoção de medidas de caráter recessivo (cortes nos gastos sociais, redução da atuação do Estado, desativação de programas) que gerarão, num primeiro momento, impactos sociais negativos (desemprego, baixos salários, etc.) e atingirão, principalmente, as populações de mais baixa renda. Neste contexto, a política social é concebida na proposta ortodoxa como instrumento complementar e subordinado aos programas neoliberais de desenvolvimento e deve ter como objetivo fundamental a proteção das camadas mais pobres da população.

Segundo Cortella (1997), a educação sempre foi um campo da vida social tensionado pelas disputas dos projetos societários de diferentes grupos e segmentos sociais, principalmente em função de se constituir um espaço de luta privilegiado no processo de conquista da hegemonia política e cultural na sociedade.

Para Saviani (1997), a educação escolarizada é uma necessidade da sociedade capitalista, porque a expansão da cidade como principal espaço de sociabilidade e a necessidade de educação letrada e técnica para responder as demandas do capitalismo, implicou na constituição de uma educação sistemática:

Não é por acaso que a constituição da sociedade burguesa trouxe consigo a bandeira da escolarização universal e obrigatória [...]. É assim que a educação se converte, de forma generalizada, numa questão de interesse público. (SAVIANI, 1997, p. 2 e 3)

Na trajetória das políticas sociais brasileiras, tornou-se comum considerar que a educação é o caminho para o desenvolvimento e para superação de desigualdades entre grupos e classes sociais. Para Cattani e Kielling (2007), a desigualdade social brasileira fundamenta-se na grande e histórica concentração de riqueza que condiciona, estruturalmente, as relações de classe, ideologia, as possibilidades econômicas e a produção cultural. O autor discorre sobre como a educação é utilizada para manter as posições de poder na sociedade, onde grupos mobilizam-se para manter a transmissão das posições dominantes para seus descendentes, e neste sentido a educação tem um papel preponderante, sobretudo nas universidades, que possuem um histórico de elitização.

Segundo Fávero (2006), refletindo sobre essa questão, pode-se inferir que

alguns desses impasses vividos pela universidade no Brasil poderiam estar ligados à própria história dessa instituição na sociedade brasileira. Basta lembrar que ela foi criada não para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual era e é parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido à uma pequena parcela da sociedade, quando na realidade deveria se constituir em espaço de investigação científica e de produção de conhecimento, atendendo as necessidades sociais mais amplas.

No ano de 2007, o governo federal criou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído pelo Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, ao mesmo tempo que implantou o REUNI, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e as políticas de Ações Afirmativas.

O PNAES, instituído pelo Decreto nº 7.234/2010, tem como objetivo ampliar as condições de permanência, com prioridade para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados nos cursos de graduação presencial das IFES. As ações preceituadas pelo PNAES incluem assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Este prevê ainda que serão atendidos prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Já as Ações Afirmativas surgem, a partir das discussões sobre a efetivação dos direitos humanos e do reconhecimento do direito à diferença, entendendo a ineficiência das políticas universalistas no enfrentamento às marcantes desigualdades ainda presentes na sociedade contemporânea.

Segundo Sowel (2004), o país pioneiro na adoção das políticas sociais denominadas *Ações Afirmativas* foi a Índia, utilizando tais políticas desde os tempos coloniais ingleses e depois incorporadas a sua constituição, quando o país se tornou independente em 1947. A Índia é a maior sociedade multiétnica do mundo e a política para as minorias foi concebida para lidar principalmente com as graves inaptidões sociais e discriminação sofridas pelos intocáveis, grupo marginalizado naquele país.

Gomes aponta que:

[...] as ações afirmativas consistem em políticas públicas e também privadas voltadas a concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado

[...] elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade (GOMES, 2001, p.7).

Feres Júnior (2007), trata a Ação Afirmativa como política pública, e examina três argumentos básicos de justificação desta política: o princípio da reparação, da diversidade e da justiça social. Segundo o autor, o princípio da reparação é um argumento de grande apelo moral no Brasil e justifica medidas compensatórias tanto para afrodescendentes, como para a população indígena, que foram em parte dizimados ou escravizados. O princípio da diversidade, segundo ele, peca pelo excesso de deferência identitária, principalmente numa sociedade complexa como a do Brasil. Seria necessário adotar inúmeros critérios de seleção, por exemplo, para ingresso no ensino superior. O argumento da justiça social tem gozado de grande legitimidade desde que o Brasil retornou ao regime democrático. A variável raça/cor é responsável por uma grande desigualdade socioeconômica, por isso é um princípio que pode ser facilmente combinado ao da reparação.

Fraser (2001) sinaliza que a luta por reconhecimento está se tornando a forma paradigmática de conflito político ao final do século XX. As demandas por reconhecimento da diferença dão combustível às lutas de grupos mobilizados, e então a autora propõe uma teoria crítica do reconhecimento, identificando a importância de defesa das versões de política cultural da diferença combinadas com a política social de igualdade. Afirma que a justiça hoje exige tanto a redistribuição como o reconhecimento.

Matta acrescenta:

[...] há exclusão, no caso dos Estados Unidos, exclusão que se exprime no princípio do “diferentes, mas iguais”; enquanto que, no Brasil, o sistema inclui e hierarquiza de modo complementar, de acordo com o princípio do “desigual, mas junto” (MATTA, 1997, p. 62).

Para além de favorecer o ingresso das minorias na universidade, por meio de uma política de cotas, é fundamental que se pense numa estratégia que contribua com a manutenção dos estudantes na universidade e neste sentido, as políticas de Assistência Estudantil tem um papel fundamental.

A Assistência Social pode ser pensada como uma política social inscrita como um dos tripés da Seguridade Social brasileira e voltada para *aqueles cujas necessidades materiais, sociais e culturais não podiam ser asseguradas pela renda do trabalho* e de outra forma pode ser analisada enquanto um conjunto de mecanismos compensatórios que permeiam as diversas políticas sociais públicas.

(MOTA, 2010, p. 15)

Fellipe (2015) destaca que historicamente a Assistência Social tem se construído enquanto um conjunto de ações que tem como público prioritário segmentos das classes subalternas em situação de pobreza e espoliação. Aponta que coletivo dos serviços e benefícios que compõem o assistencial visa garantir condições de subsistência a determinadas populações e/ou minimizar os efeitos da desigualdade estrutural brasileira por meio de ações compensatórias, sendo esta configuração a que mais se aproxima da política da educação superior pública no Brasil, inclusive pela seletividade e focalização da população atendida (YASBEK apud FELLIPE, 2015). Apesar das limitações, não se pode negar que o acesso às ações assistenciais contribui, em parte, para desenvolvimento de estratégias de permanência no ensino superior.

3. UNIVERSIDADE E IMPACTOS NO ADOECIMENTO ESTUDANTIL

Sampaio (2011) refere que a democratização do ensino superior tem trazido não só a entrada de um contingente cada vez maior de jovens, mas também suscitado debates sobre aspectos que extrapolam questões como a evasão e a adaptação à vida universitária. Acrescenta a importância de fomentar o debate sobre afetividade, negligenciadas nos processos de produção do conhecimento, com a prevalência dos aspectos racionais sobre os afetivos.

Birman (2000) aponta para as profundas alterações que este conjunto de processos produz nos distintos sujeitos. Segundo ele, o desamparo enunciado por Freud foi sendo substituído pelo desalento. Entre as suas feições na atualidade estariam a depressão, o vazio, a neurose de angústia – caracterizada pela corporeidade do mal-estar e pelo baixo nível de simbolização psíquico –, além de outras formas de patologias psicossomáticas. Enfatiza o autor que estes sintomas levam à busca, individualizada, de seu enfrentamento, seja através da ingestão de drogas que cresce enormemente, seja via terapêuticas encaminhadas pela psiquiatria, ou ainda através de compulsões sexuais e alimentares – sob a forma de perversões, bulimia e anorexia. Entre outras dimensões, essa condição revelaria um conjunto de impossibilidades com as quais os sujeitos estão se defrontando, em especial a de identificar e realizar ações fundamentais, portadoras potenciais de alternativas de alteração significativas do curso de suas vidas. Superá-las implicaria em multiplicidade de acessos, tanto na ordem da materialidade – o que significa

introduzir as questões relativas aos componentes sócio-político-históricos –, quanto no sentido de percebê-los vinculados às dimensões do corpo e do afeto, que podem constituir-se fatores adversos ou fatores de proteção, conforme figura a seguir:

	Fatores adversos	Fatores de proteção
Características individuais	baixa autoestima, imaturidade cognitiva/emocional, dificuldades de comunicação, doenças somáticas	autoestima, capacidade de resolver problemas e lidar com as adversidades, habilidades de comunicação, saúde física
Circunstâncias sociais	solidão, luto, negligência, conflito familiar, exposição à violência e abuso, pobreza, insucesso escolar, estresse no trabalho, desemprego	apoio social e familiar, experiência familiar positiva, sensação de segurança, segurança econômica, sucesso escolar, realização no trabalho
Fatores ambientais	falta de serviços básicos, injustiça e discriminação, desigualdade de gênero, desigualdades sociais, desastres e guerras	acesso a serviços básicos, justiça social, tolerância, integração, igualdade de gênero, equidade social, segurança física

Figura 01: Determinantes de saúde mental.

Fonte: *World Health Organization* (2012).

Como sinaliza Silveira (2002), a subjetividade não é imanente ao indivíduo, mas vai se constituir a partir do inter cruzamento dessas dimensões, dentro e fora do indivíduo, não existindo, portanto, a separação entre o plano individual e o coletivo, entre os registros de indivíduo e sociedade. Nesse sentido, um pressuposto que se impõe diz respeito à consideração de que a subjetividade é socialmente produzida, operando numa formação social determinada, sob o crivo de um determinado tempo histórico e no âmbito de um campo cultural.

Frente às questões que marcam o adoecimento de estudantes universitários, a CAES em 2018 acrescentou à Pesquisa do Perfil do Estudante Ingressante, realizada pelo setor desde 2012, dados sobre saúde. Inicia-se mapeamento de dados sociais e os de saúde emocional dos estudantes ingressantes, com apoio de duas professoras do curso de psicologia.

Tal pesquisa aliada as estratégias de prevenção em saúde mental desenvolvidas pelo Projeto Cuca Legal, também coordenado pela CAES, busca identificar os fatores de adoecimento por meio do discurso dos alunos. Foram identificados assim, alguns aspectos relacionados a vivência acadêmica que afetam a saúde mental dos seus estudantes, a saber: solidão, distância da família, questões

familiares, rotinas e pressão da academia, permanência na universidade, assédios, *bullying*, relação aluno/aluno, relação aluno/professor, história de transtorno mental na família, uso abusivo de drogas, lícitas ou ilícitas e acesso a serviços sociais e de saúde.

Dados da IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil (Fonaprace), apontam que em todas as regiões verificam-se que dos 939.604 estudantes que responderam a pesquisa, 749.804 afirmam que dificuldades emocionais podem ter interferido na sua vida acadêmica, com destaque para as regiões Nordeste e Sudeste, conforme figura a seguir:

Região de localização das IFES	Existência ou não de dificuldades emocionais nos últimos 12 meses					
	Sim		Não		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Centro-Oeste	80.088	80,5	19.406	19,5	99.494	100
Nordeste	210.432	79,38	54.653	20,62	265.084	100
Norte	87.652	72,33	33.535	27,67	121.187	100
Sudeste	235.547	82,05	51.540	17,95	287.087	100
Sul	136.086	81,61	30.666	18,39	166.752	100
Nacional	749.804	79,8	189.800	20,2	939.604	100

Fonte: CEPES/IEUFU. IV Pesquisa do Perfil do Graduando das IFES - 2014.

Figura 2: Graduandos segundo a existência ou não de dificuldades emocionais que podem ter interferido na sua vida acadêmica nos últimos 12 meses, por região de localização das IFES - 2014

Fonte: Andifes (2014)

Em relação aos tipos de dificuldade emocional vividos pelos jovens, em todas as regiões verifica-se que a dificuldade emocional com maior participação relativa é a ansiedade – Sudeste (64,4%), Sul (60,76%), Centro Oeste (60,51%), Nordeste (55,78%). Em segundo lugar, foi assinalada “desânimo/falta de vontade de fazer as coisas”, em percentuais que variam de 37% a 49% nas regiões. Em seguida “insônia ou alterações significativas de sono” foi a terceira dificuldade em todas as regiões. Idéias de Morte e Pensamento Suicida, tiveram maior incidências nas regiões Sul e Centro Oeste.

Tipos de dificuldades emocionais	Região de localização das IFES (%)						
		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Nacional
Ansiedade	Freq.	60.205	147.862	54.120	184.870	101.315	548.372
	%	60,51	55,78	44,66	64,4	60,76	58,36
Tristeza persistente	Freq.	21.766	47.188	19.462	57.942	34.784	181.142
	%	21,88	17,8	16,06	20,18	20,86	19,28
Timidez excessiva	Freq.	15.880	45.770	16.857	43.667	23.665	145.837
	%	15,96	17,27	13,91	15,21	14,19	15,52
Medo / pânico	Freq.	11.356	28.470	9.838	31.632	17.916	99.213
	%	11,41	10,74	8,12	11,02	10,74	10,56
Insônia ou alterações significativas de sono	Freq.	32.225	84.714	33.175	97.136	58.789	306.038
	%	32,39	31,96	27,38	33,84	35,26	32,57
Sensação de desespero/ desesperança	Freq.	24.347	56.973	20.926	71.741	37.882	211.869
	%	24,47	21,49	17,27	24,99	22,72	22,55
Sensação de desatenção/ desorientação/ confusão mental	Freq.	20.602	48.324	17.733	60.342	34.336	181.336
	%	20,71	18,23	14,63	21,02	20,59	19,3
Problemas alimentares (1)	Freq.	12.918	31.728	15.044	35.625	22.708	118.022
	%	12,98	11,97	12,41	12,41	13,62	12,56
Desânimo/ falta de vontade de fazer as coisas	Freq.	47.715	110.924	44.528	135.486	81.550	420.202
	%	47,96	41,84	36,74	47,19	48,9	44,72
Sentimento de solidão	Freq.	24.160	53.799	21.226	63.175	37.697	200.057
	%	24,28	20,3	17,52	22,01	22,61	21,29
Ideia de morte	Freq.	7.634	15.349	5.379	18.979	12.628	59.969
	%	7,67	5,79	4,44	6,61	7,57	6,38
Pensamento suicida	Freq.	4.973	9.423	3.462	12.492	8.487	38.838
	%	5	3,55	2,86	4,35	5,09	4,13
Total = 100%	Freq.	99.494	265.084	121.187	287.087	166.752	939.604

Figura 3: Graduandos segundo os tipos de dificuldades emocionais que podem ter interferido na sua vida acadêmica nos últimos 12 meses, por região onde se localizam as IFES (em %) - 2014

Fonte: Andifes (2014)

Um artigo da Revista Carta Capital, "Casos de suicídio e depressão deixam universidades em alerta" publicado em 23/09/17, relata depoimento do psiquiatra Eduardo Humes do Hospital das Clínicas de São Paulo. Este aponta que a questão do suicídio sempre existiu, e falar sobre ela "evita que as pessoas e as instituições joguem o assunto para debaixo do tapete". Silvana Maciel, professora do curso de Psicologia e Coordenadora do Congresso Brasileiro de Saúde Mental também alerta para o problema, "Temos que dar atenção aos alunos da universidade, mas é importante destacar que é um problema que envolve a quase todos os indivíduos, uma questão de saúde pública".

Além das questões socioeconômicas e acadêmicas que inferem na permanência dos estudantes na graduação, ressaltamos, assim, o aumento significativo da demanda de atendimento em saúde mental nas universidades e a importância de ações articuladas e interdisciplinares que atendam também a essa realidade.

4. CONCLUSÕES

A partir das questões apresentadas, pode-se inferir que é fundamental a discussão sobre o significado do sofrimento na universidade e sobre os processos que produzem a exclusão da vida universitária, sejam eles de ordem material e/ou subjetiva.

Estamos diante de uma nova universidade, antes destinada majoritariamente à elite brasileira, agora permeada pelas minorias: mulheres, negros e pobres. Contudo, rompida a elitização do espaço acadêmico, outras demandas estão se apresentando como importantes e, portanto, faz-se necessário o aprimoramento dos recursos físicos, financeiros e de suporte multiprofissional.

Para a população pobre, acessar a universidade pode ser compreendida como uma longa travessia em busca de mobilidade social, mas também uma forma de resistência e superação da histórica tendência elitista do ensino superior, da trajetória de famílias por vezes de baixa escolaridade ou que evade dos bancos escolares, e das próprias deficiências escolares que o ensino público (principalmente) muitas vezes lhes oferece.

A universidade reflete a sociedade da qual faz parte e para além das questões objetivas relativas à permanência ou a distância de casa que interferem na subjetividade dos discentes, é preciso ampliar o debate sobre como diversos estigmas envolvendo as questões de raça/etnia, religião, classe, gênero, condição física ou saúde mental, também podem levar ao adoecimento emocional, pois se constituem marcadores sociais de discriminação e contribuem com a ampliação das desigualdades sociais.

Todas estas questões têm profunda influência sobre a vida e a subjetividade dos estudantes universitários, e sinalizam uma importante pauta na construção de uma universidade humanizada, acolhedora, respeitosa, inclusiva, disposta a receber e acolher o outro, onde não seja vergonhoso sofrer e a diferença não seja sinônimo de marginalização ou exclusão. Por fim que a universidade seja um efetivo espaço de vida, de troca de conhecimentos e experiências, com todos os desafios que a constituem.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. (2014). *IV Relatório de Pesquisa do Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades brasileiras*. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/categoria/documentos/biblioteca/publicacoes-andifes/>> Acesso em: 5 nov. 2018.

BRASIL. (2007). *Decreto n. 6.096 de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 abr.

_____. (2007). *Decreto Presidencial nº. 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados*. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 abr.

_____. (2010). *Decreto nº 7.234/2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de assistência estudantil (PNAES)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em 15 de outubro de 2018.

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. (2008) *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez.

BIRMAN, J. (2000) *Mal-estar na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999; *Psicanálise, ciência e cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994; e *Subjetividade, contemporaneidade e educação*. In: *Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender*. Rio de Janeiro: DP&A.

CATTANI, A. D; KIELING, F. d S. (2007). *A escolarização das classes abastadas*. Sociologias. Porto Alegre, ano 9, n.18, jun-dez 2007, p. 170-187.

CORTELLA, M.S. e outros (orgs). (1997). *Empregabilidade e Educação. Novos caminhos no mundo do trabalho*. São Paulo: EDUC.

DAMASCENO, V. (2017). *Casos de Suicídio e Depressão, deixam as universidades em alerta*. Revista Carta Capital. Publicado em 23/9/17. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/casos-de-suicidio-e-depressao-deixam-universidades-em-alerta>. Acesso em: 15 dez. 2017

FELLIPE, J. M. S. (2015) *Assistência Estudantil no Instituto Federal Fluminense: possibilidades e limites para a permanência escolar e conclusão de curso*. Revista Textos & Contextos.

FERES JÚNIOR, J. (2007). *Comparando justificações das políticas de ação*

afirmativa: Estados Unidos e Brasil. Estudos Afro-Asiáticos, v. 29, n. 1-3, p. 63-84.

FRASER, N. (2001). *“Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós socialista.* In: Souza, Jessé (org) *Democracia hoje. Novos Desafios para a teoria democrática contemporânea.* Brasília: Ed. UNB.

GOMES, J.B.B. (2001). *Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA.* Rio de Janeiro: Renovar.

MATTA, Roberto Da. (1997). *Notas sobre o racismo à brasileira.* Jessé Souza (org.) *Multiculturalismo e racismo. Uma comparação Brasil-Estados Unidos.* Brasília: Paralelo.

MOTA, A. E. (2010). *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade.* São Paulo: Cortez.

NETTO, J. P. (2001). *Capitalismo monopolista e Serviço Social.* São Paulo: Cortez.

SAVIANI, D. (1997). *A nova Lei da Educação: limites, trajetórias e perspectivas.* Campinas, Autores Associados.

SAMPAIO, S.M.R., org. (2011). *Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online].* Salvador: EDUFBA, pp. 133-143.

SILVEIRA, M.L.S da. (2002). *Algumas notas sobre a temática da subjetividade no âmbito do marxismo.* Revista Outubro, v. 7, p. 103-113. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wpcontent/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-7-Artigo-08.pdf>. Acesso em: 14 dez.2017

SOWEL, T. (2004). *Ação afirmativa ao redor do mundo: um estudo empírico.* Trad.: BRÍZIDA, Joubert de Oliveira. Rio de Janeiro: UniverCidade.

YAZBEK, M. C. (2009) *Classes subalternas e assistência social.* São Paulo: Cortez.